

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 16 a 20 de agosto, em Brasília.

**A tensão entre os Poderes segue em alta, sem perspectiva de apaziguamento.** Apesar de o Presidente Bolsonaro ter dito que “reduziria a pressão” na defesa do voto impresso – *após a rejeição da matéria pelo Plenário da Câmara* –, voltou a subir o tom, anunciando que entregaria ao Senado um pedido de impeachment dos ministros do STF Luis Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

**Embora não tenha chances de prosperar, eventual pedido mantém base mobilizada.** O Senado nunca abriu processos de impeachment contra ministros do Supremo, mas a iniciativa de Bolsonaro visa manter seus apoiadores mobilizados, especialmente após a última investida do STF contra aliados do Presidente – *na última sexta (13), o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB) foi preso por determinação de Alexandre de Moraes, no âmbito do inquérito das fake news.*

**Ademais, Câmara e Senado estão se aprofundando nas divergências.** Há duas semanas, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), anulou a decisão do Senado de retirar trechos da MP que tratava da modernização do ambiente de negócios, provocando a reação de Rodrigo Pacheco (DEM/MG), que pediu ao Planalto o veto por inconstitucionalidade dos referidos trechos. As ações levam o Executivo a se posicionar a favor de uma das Casas – *caso prevaleça a posição da Câmara, Pacheco pode ir*

*ao STF* – e, ainda, podem impactar projetos importantes para o Governo, especialmente a Reforma Tributária.

**Nessa perspectiva, Pacheco sinalizou que pode ignorar as discussões que vêm ocorrendo na Câmara.** O Plenário do Senado aprovou a realização de debates temáticos em torno da PEC 110/2019, que trata de uma Reforma Tributária ampla. O gesto é uma tentativa de retomar os debates sobre a iniciativa do Senado, em detrimento do acordo inicialmente construído entre as Casas e o Executivo para a tramitação de propostas em etapas diferentes – *a Câmara começaria tratando de alguns assuntos, como a reformulação do Imposto de Renda, e o Senado de outros temas, como a reforma do ICMS e do ISS.*

**Diante desse cenário, o Governo intensifica a articulação, para evitar que temas importantes fiquem estagnados.** A Casa Civil, sob o comando de Ciro Nogueira (PP/PI), já entrou em campo para tentar reduzir a tensão no Congresso, do contrário, a agenda do Executivo não avançará. Entretanto, as próximas semanas ainda prometem divergências em torno de outros temas, como a Reforma Eleitoral, uma vez que a maioria dos senadores já manifestou contrariedade à volta das coligações – *aprovada em 1º turno pela Câmara dos Deputados, podendo ser confirmada nesta semana.*

## Destaques da Semana

Terça

- O Plenário da [Câmara dos Deputados](#) pode votar o [PL 2337/2021](#), parte da Reforma Tributária, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos;
- A [CPI da Pandemia](#) ouve o sr. Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, auditor do TCU.

Quarta

- A [Comissão de Fiscalização Financeira e Controle](#) recebe o ministro Paulo Guedes (Economia), para prestar esclarecimentos sobre o cenário econômico fiscal atual sob o qual o Projeto de Lei Orçamentária para 2022 está sendo elaborado.

## Poder Executivo

### Presidência da República

**Agenda do Presidente - Jair Bolsonaro** participou, nesta segunda (16), de reuniões com o subchefe de assuntos jurídicos, Pedro Cesar Sousa (Secretaria Geral PR) e secretário especial da cultura, Mario Frias (Turismo). Ademais, reuniu-se com o ministro Ciro Nogueira (Casa Civil).

**Agenda do Vice-Presidente - Hamilton Mourão** concedeu, nesta segunda (16), entrevista para a Rádio Jornal da Manhã de Ijuí/RS. Ademais, reuniu-se com o ministro Ciro Nogueira (Casa Civil).

### Casa Civil

**Agenda do Ministro - Ciro Nogueira** participou, nesta segunda (16), de reuniões com o presidente Jair Bolsonaro e com o vice-presidente Hamilton Mourão.

### ME

Ministério da Economia

**Agenda do ministro - Paulo Guedes** reuniu-se, nesta segunda (16), com o secretário Jose Tostes (Receita Federal).

BACEN  
Banco Central do Brasil

**Agenda do presidente - Roberto Campos Neto** reuniu-se, nesta segunda (16), com interlocutores das empresas de investimentos Valor Capital Group LLC, Binance US e Parfin.

**Balança Comercial** – Para o saldo da balança, a projeção em 2021 subiu de US\$ 69,40 bilhões para US\$ 69,70 bilhões de resultado positivo.

**Boletim Focus** – Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para este ano subiu de 6,88% para 7,05%. No caso do PIB 2021, os economistas do mercado financeiro reduziram estimativa para o crescimento de 5,30% para 5,28%. O mercado financeiro elevou de 7,25% para 7,50% ao ano a previsão para a Selic no fim de 2021.

BNDDES  
Banco Nacional do  
Desenvolvimento

**Agenda do presidente - Gustavo Montezano** reuniu-se, nesta segunda (16), com interlocutores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia (SPPI/ME). Além disso, reuniu-se com o embaixador da Rússia no Brasil, Alexey Labetskiy. Ademais, reuniu-se com representantes do Ministério da Infraestrutura (Minfra); Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia (SPPI/ME) e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

### MEC

Ministério da Educação

**Agenda do Ministro - Milton Ribeiro** realizou, nesta segunda (16), visitas nas obras da Escola do Jardim Caravelle, Instituto Federal do Paraná (IFPR) e Escola Municipal do Jardim Paulista em Arapongas/PR. Ademais, reuniu-se com os prefeitos do Paraná.

### MCom

Ministério das Comunicações

**Agenda do ministro - Fábio Faria** reuniu-se, nesta segunda (16), com o ministro Carlos França (Relações Exteriores). Além disso, reuniu-se com o secretário de telecomunicações, Artur Coimbra (Comunicações). Ademais, reuniu-se com o ministro Augusto Nardes (TCU).

### ANATEL

**903ª Reunião do Conselho Diretor da Anatel** – Será realizada nesta quinta

Agência Nacional de Telecomunicações

(19), às 15h, a 903ª Reunião do Conselho Diretor da Anatel. Dentre os itens da [pauta](#), destacamos:

- **Item 012 | Relatoria do Conselheiro Moisés Queiroz Moreira** – Proposta de reavaliação da regulamentação de operacionalização da aplicação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust); e
- **Item 004 | Relatoria do Conselheiro Vicente Bandeira de Aquino Neto** – Proposta de regulamentação para utilização do espectro ocioso (White Spaces) de forma dinâmica nas faixas de VHF e UHF.

**MME**

Ministério de Minas e Energia

**Agenda do ministro - Bento Albuquerque** participou, nesta segunda (16), de reuniões com representantes das empresas Exxon Mobil Corporation e TotalEnergies. Além disso, participou da Offshore Technology Conference (OTC), evento mundial do setor de óleo e gás em Houston/TX. Ademais, participou do coquetel oferecido pela Brazil-Texas Chamber of Commerce.

## Poder Legislativo

**Câmara dos Deputados**

O Plenário da **Câmara dos Deputados** retoma a extensa pauta de votações da semana anterior, incluindo, entre outros itens, o 2º turno da [PEC 125/2011](#), que trata da Reforma Eleitoral; o [PL 2337/2021](#), que altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; e o [PL 1026/2021](#), que determina que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País (IPCA).

**Senado Federal**

O Plenário do **Senado Federal** poderá votar, entre outros projetos, o [PL 2201/2021](#), que dispõe sobre a prioridade de matrícula de crianças e adolescentes com deficiência em creches, em pré-escolas e em instituições de ensino públicas ou subsidiadas pelo Estado; o [PL 5595/2020](#), que reconhece a educação básica e a educação superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais; e o [PL 1585/2021](#), que suspende as inscrições de débitos das microempresas e empresas de pequeno porte no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), durante a pandemia.

## Comissões

**ENERGIA**

[Bandeira Vermelha](#)

Câmara | CME | Terça (17) | 09h30

**Audiência Pública** – A Comissão de Minas e Energia promove audiência pública com o tema: “Acionamento de termoeletricas e autorização para tarifa

<p>Marco Legal para Geração de Energia Própria</p>	<p>vermelha”. O evento contará com a participação de André Pepitone da Nóbrega, diretor-geral da Aneel.</p> <p>Senado   CDR   Segunda (16)   18h00</p> <p><b>Audiência Pública</b> – A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo promove a 7ª Mesa do Ciclo de Debates Sobre o Desenvolvimento Regional, com o tema: “Energia e desenvolvimento regional: proposta de marco legal para a geração de energia própria”.</p>
<p><b>PUBLICIDADE</b></p> <p>Publicidade e Impulsionamento nas Redes Sociais</p>	<p>Câmara   GT-NET   Terça (17)   09h00</p> <p><b>Audiência Pública</b> – O Grupo de Trabalho para Aperfeiçoamento Legislação Brasileira – Internet promove audiência pública com o tema: “Conteúdo Pago, Publicidade e Impulsionamento nas Redes Sociais”. O evento contará com a <b>participação de Eliane Quintella</b>, Presidente do Comitê Jurídico da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA).</p>
<p><b>GOVERNO</b></p> <p>Comparecimento de ministro de Estado</p> <p>Comparecimento de ministro de Estado</p>	<p>Câmara   CFFC   Terça (10)   10h15</p> <p><b>Audiência Pública Extraordinária</b> – A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle recebe o ministro Braga Netto (Defesa), a fim de prestar esclarecimentos sobre a Nota Oficial, assinada pelo Ministro e pelos Comandantes da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, publica no dia 07 de julho de 2021.</p> <p>Câmara   CFFC   Quarta (18)   09h00</p> <p><b>Audiência Pública Extraordinária</b> – A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle recebe o ministro Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil), a fim de prestar esclarecimentos sobre a reunião do governo, solicitada por ele, para discutir a situação dos madeireiros investigados pela Operação Handroanthus, da Polícia Federal.</p>
<p><b>ECONOMIA</b></p> <p>Comparecimento de ministro de Estado</p>	<p>Câmara   CMO   Quarta (18)   14h00</p> <p><b>Audiência Pública Extraordinária</b> – A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle recebe o ministro Paulo Guedes (Economia), a fim de prestar esclarecimentos sobre o cenário econômico fiscal atual sob o qual o Projeto de Lei Orçamentária para 2022 está sendo elaborado.</p>
<p><b>EDUCAÇÃO</b></p> <p>Fundeb</p>	<p>Câmara   CE   Segunda (16)   09h00</p> <p><b>Audiência Pública</b> – A Comissão de Educação promoveu audiência pública com o tema “Fundeb: disponibilidade de recursos vinculados à educação”, a fim de debater indicadores referentes à disponibilidade de recursos vinculados à educação, no âmbito da Subcomissão Permanente para a proposta do Fundeb Permanente</p> <p>Câmara   PEC03220   Quarta (18)   09h30</p>

PEC 32/2020

**Audiência Pública** – A Câmara dos Deputados promove audiência pública com o tema “Efeitos da Reforma nas Políticas Públicas de Educação e Saúde”. O evento contará com a participação de Vitor de Angelo, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).

Câmara | Comex/MEC | Quarta (18) | 13h00

Política Nacional de Alfabetização

**Audiência Pública** – A Comissão Externa de acompanhamento do Ministério da Educação promove audiência pública com o tema: “Acompanhamento da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e de seus desdobramentos no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), nas avaliações e nos demais programas de alfabetização”.

CPI PANDEMIA

Senado | CPIPANDEMIA | Terça, Quarta e Quinta | 09h

Covid-19

**Oitivas** – A CPI ouve os seguintes depoimentos: Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques (17), auditor do TCU; e o empresário Francisco Emerson Maximiano (19). A sessão de quarta será destinada à acareação.

## Política

### 'As informações serão prestadas em menos tempo', diz relatora do novo Código de Processo Eleitoral.

Para a deputada Margarete Coelho (Progressistas-PI), relatora do novo Código de Processo Eleitoral, em tramitação na Câmara, a norma vai agilizar a análise das contas dos partidos. Porque agora prestação de contas seguirá um processo mais ágil, mais claro, mais transparente. Se antes os processos se arrastavam por anos, agora as informações serão prestadas em menos tempo e com mais qualidade, de modo que não fará mais sentido a previsão de uma prescrição tão longa para um procedimento que se encerrará num prazo mais curto. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Senado indica veto às coligações proporcionais e contraria Câmara.** Senadores governistas e da oposição criticam a volta das coligações proporcionais, em consonância com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e sinalizam que votarão contra a medida, se ela entrar em pauta. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi aprovada em primeiro turno pela Câmara na semana passada e a votação em segundo turno está marcada para terça. Para valer nas eleições do ano que vem, o texto precisa ser chancelado pelo Senado até outubro. A disposição dos senadores em não dar seguimento à medida promete ser mais uma fonte de atrito entre as duas Casas. Derrubada pelo Congresso em 2017, a coligação proporcional permite, em sistema de aliança partidária, que candidatos menos votados, e muitas vezes sem afinidade ideológica, se elejam na esteira dos votos computados pelo conjunto de legendas que integram o bloco. Fonte: O Globo

**Bolsonaro diz a aliados que vai vetar projeto que cria federação partidária e daria sobrevida a siglas pequenas.** O presidente Jair Bolsonaro afirmou a auxiliares que vetará o projeto que permite a partidos políticos se organizarem em federação por ao menos quatro anos, o que representaria uma sobrevida a legendas pequenas, que correm risco de serem extintas por não alcançarem um percentual mínimo de votos nas eleições. Acordo que está sendo costurado prevê que o Congresso mantenha o veto. A aprovação do projeto das federações fez parte de um acordo para votar a PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma eleitoral, que derrubou o distritão e retomou as coligações partidárias. Fonte: Folha de S. Paulo

**Pacheco não dará andamento a pedidos de impeachment de ministros do STF prometidos por Bolsonaro.** De forma reservada, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), sinalizou que não dará prosseguimento a pedidos de impeachment que o presidente Jair Bolsonaro prometeu apresentar contra

os ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Nas palavras de um interlocutor de Pacheco, não há qualquer casualidade e nenhum fato objetivo na argumentação apresentada por Bolsonaro em mensagem postada nas redes sociais no sábado (14). Fonte: G1 Notícias

## Economia

**Cresce no empresariado avaliação de que governo pode extrapolar teto de gastos.** O cenário de Auxílio Brasil, PEC dos Precatórios, inflação nas alturas, está ajudando a consolidar junto a importantes parcelas do empresariado a impressão de que o governo vai acabar furando o teto. O Executivo vem desorganizando as expectativas, e a imagem de Paulo Guedes está bastante arranhada, mesmo com quem até outro dia o defendia. Fonte: Folha de S. Paulo

**CNI: pequenas indústrias apresentam evolução positiva no 2º trimestre.** O segundo trimestre de 2021 foi marcado pela evolução positiva das pequenas indústrias. De acordo com o Panorama da Pequena Indústria, feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), houve melhora na situação financeira, na confiança e nas perspectivas dos micros e pequenos empresários. A média do segundo trimestre de 2021 registrou 46,5 pontos no Índice de Desempenho da pequena indústria, resultado que está acima da média do primeiro trimestre de 2021 (43,9 pontos) e do segundo trimestre de 2020 (34,1 pontos, influenciado pela pandemia). Os índices variam de zero a 100. Fonte: Agência Brasil

## Judiciário

**Confira a pauta da semana do STF.** O Plenário do Supremo Tribunal Federal se reunirá na quarta (18), a partir das 14h. Dentre os itens da pauta está o julgamento do Recurso Extraordinário que discute a incidência do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa Selic (juros de mora e correção monetária) recebida pelo contribuinte na repetição do indébito. Na quinta (19), o Plenário deverá discutir o Recurso Extraordinário que trata a constitucionalidade do procedimento de execução extrajudicial, previsto na [Lei nº 9.514/1997](#), nos contratos de mútuo com alienação fiduciária do imóvel, pelo Sistema Financeiro Imobiliário (SFI). Fonte: STF

**Augusto Aras diz ao STF que não há “Orçamento Secreto”.** O Procurador-Geral da República, Augusto Aras, disse ao Supremo Tribunal Federal (STF) que não existe o que se convencionou chamar de "Orçamento Secreto", isto é, o repasse de recursos de maneira privilegiada a parlamentares da base aliada de Jair Bolsonaro e sem o devido registro e anotação no Orçamento. A manifestação é uma resposta à ação movida pelo partido Cidadania que buscava suspender a execução das chamadas "emendas do relator". No documento o PGR afirma à corte que "inexiste ato normativo ou mesmo ato do poder público a revelar, prima facie, ocultamento de previsões orçamentárias". Augusto Aras continua: "por mais que os mecanismos de transparência ativa da execução das programações orçamentárias incluídas pelo relator-geral (RP 9) devam ser aperfeiçoados (como já notou, inclusive, o Tribunal de Contas da União), as dotações orçamentárias são públicas. Foram aprovadas pelo Congresso Nacional sob o devido processo legislativo e culminaram na edição de lei". Fonte: Valor Econômico

**Projeto pressiona TSE por análise de contas dos partidos.** Com 372 páginas e 902 artigos, o projeto de lei complementar que tramita na Câmara para criar um Código de Processo Eleitoral abre brechas para uma espécie de "anistia" aos partidos políticos que gastam recursos públicos de forma indevida. Enquanto todas as atenções estavam voltadas para o voto impresso e o modelo das eleições para o Legislativo em 2022, o projeto relatado pela deputada Margarete Coelho (Progressistas-PI), correligionária do presidente da Casa, Arthur Lira (AL), passou pelas comissões e está pronto para ser votado no plenário da Câmara. Segundo técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ex-juizes e especialistas, a redução de 5 para 2 anos de prazo para análise das contas vai sobrecarregar ainda mais um sistema precário de fiscalização e empurrar boa parte delas para a prescrição. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Relatora no STF nega pedido do PSL para punição menor por fake news eleitoral.** O Supremo Tribunal Federal começou a julgar, em plenário virtual, ação na qual o PSL pede a suspensão dos efeitos de dispositivo da lei 13.834/19, que alterou o Código Eleitoral a fim de criar o crime de denúncia caluniosa para fins eleitorais. Na ação, o partido argumenta que a pena imposta para o crime de propagação de notícias falsas para fins eleitorais é desproporcional e muito maior que a prevista no Código Eleitoral. O julgamento está previsto para encerrar no próximo dia 20. A relatora é a ministra Cármen Lúcia. O PSL ajuizou ação para suspender os efeitos de dispositivo do Código Eleitoral (lei 4.737/65) que institui o crime de denúncia caluniosa para fins eleitorais. O dispositivo foi vetado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, mas o Congresso Nacional derrubou o veto e restabeleceu a eficácia da norma. Em meio à crise gerada pelos ataques do presidente Jair Bolsonaro ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as acusações sem provas de fraudes nas eleições, a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), saiu em defesa da democracia e disse não ver incoerência entre liberdade de expressão, fake news e o controle que a Justiça Eleitoral precisa exercer. Fonte: Convergência Digital e O Globo

## Reforma Tributária

**Sem consenso, reforma do Imposto de Renda deve ser votada nesta semana.** Mesmo sob críticas de empresários e pressões contrárias de estados e municípios, o projeto de lei que reestrutura as cobranças do IR (Imposto de Renda) pode ser votado nesta semana pela Câmara dos Deputados. Ainda sem um texto definitivo apresentado, a análise da reforma pelo plenário da Câmara está prevista para a terça-feira (17). O relator da medida, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), passou o final de semana em reuniões sobre o tema. Fonte: Folha de S. Paulo

**Primeira proposta é baixar imposto sobre as empresas de 34% para 24%, diz Guedes.** A primeira proposta da reforma do Imposto de Renda (IR) é baixar drasticamente a tributação sobre as empresas, de 34% para 24% em 2022, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, em entrevista ao programa Economia em Foco, da rádio Jovem Pan, gravada na quinta e transmitida na sexta-feira. De acordo com ele, a mudança colocará a tributação brasileira nos “padrões internacionais”, o que seria importante especialmente neste momento em que o país está se candidatando para entrar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e negocia vários acordos comerciais, inclusive contra a bitributação. O Brasil eleva a tributação sobre empresas há 40 anos, enquanto no mundo esses impostos estão caindo, disse. “Neste momento, é importante o Brasil dar um sinal dizendo que é um dos países que menos tributam as empresas.” Fonte: Valor Econômico

## Covid-19

**Distribuídas mais 10,4 milhões de doses de vacinas Covid-19.** O Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde distribuiu mais 10,4 milhões de vacinas Covid-19 para todo o país neste fim de semana. As entregas serão finalizadas até terça-feira (17). Nesta distribuição, foram enviadas 5,4 milhões de doses da Pfizer/BioNTech, 3 milhões da AstraZeneca/Fiocruz e 2 milhões da Coronavac, produzidas pelo Instituto Butantan. A imunização traz reflexos positivos no cenário epidemiológico do país. Com o avanço da vacinação, a curva da média móvel de diagnósticos e óbitos por Covid-19 apresenta tendência de queda desde junho. São dez dias com média de mortos abaixo de mil. Fonte: ASCOM Casa Civil

**Brasil tem 56% da população vacinada com ao menos uma dose contra a covid.** O Brasil vacinou 56% da população com ao menos uma dose de vacinas contra a covid-19. São 119.504.281 pessoas vacinadas com 1ª dose de imunizantes ou dose única até as 22h03 de domingo (15). O número de habitantes totalmente vacinados chegou a 49.705.717, ou 23,3%. É o total de pessoas que completaram o ciclo da imunização. Ao todo, 164.679.651 doses foram administradas no país. Fonte: Poder 360

**Anvisa solicita à Pfizer informações sobre terceira dose de vacina para transplantados e imunocomprometidos.** A Anvisa encaminhou, nesta sexta-feira (13/8), um ofício ao laboratório farmacêutico Pfizer solicitando esclarecimentos sobre os estudos relacionados à terceira dose de sua vacina contra Covid-19, a Comirnaty, para transplantados e imunocomprometidos. O objetivo é identificar os dados que embasaram a decisão da agência reguladora norte-americana (Food and Drug Administration – FDA) que autorizou a aplicação da terceira dose da vacina contra a Covid-19 em pacientes transplantados ou imunocomprometidos. Fonte: ASCOM Anvisa

## Último Foco

**Tem início nova fase do Open Banking no Brasil.** Foi iniciada na sexta-feira (13), pelo Banco Central, a segunda fase do Open Banking no Brasil. Nessa nova etapa, os clientes poderão solicitar o compartilhamento de dados cadastrais, de informações sobre transações em suas contas, cartão de crédito e produtos de crédito contratados em instituições financeiras. Na primeira fase, foram os bancos que integraram seus dados. O compartilhamento ocorre apenas se a pessoa autorizar, sempre para finalidades determinadas e por um prazo específico. E será possível para o cliente cancelar essa autorização a qualquer momento, em qualquer das instituições envolvidas. Fonte: ASCOM Governo do Brasil

**Tecnologia ajuda a identificar riscos para saúde mental no trabalho.** Se falar de saúde mental na sociedade ainda é um tabu, no ambiente de trabalho é um assunto que pode estar atrelado ao medo. Embora as empresas estejam mais atentas ao assunto, uma reportagem do Estadão mostrou que os funcionários ainda têm receio de comunicar problemas às lideranças com medo de mostrar vulnerabilidade. “A saúde mental tem chamado a atenção das empresas na pandemia por estar alinhada com objetivos globais. Hoje, tem se falado em sustentabilidade dos negócios atrelada a questões ambientais, mas sustentabilidade também está relacionada à saúde emocional dos colaboradores, que vão garantir o sucesso do negócio”, diz a psicóloga Ana Carolina Peuker. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Comissão aprova isenção de IPI para compra de computadores e tablets por alunos de baixa renda.** A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que concede a estudantes matriculados em instituições públicas de educação básica isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de computadores pessoais, smartphones, tablets, notebooks e modems produzidos no País e com valor unitário de até R\$ 3 mil. A isenção, no entanto, só é válida para estudantes de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O texto aprovado contém quatro emendas do relator, deputado Bacelar (Pode-BA), ao Projeto de Lei 739/19, do deputado Ricardo Teobaldo (Pode-PE). “Diante da crise financeira e orçamentária agravada pela pandemia, entendemos que o benefício deve ser concedido apenas para o grupo dos estudantes pertencentes a famílias inscritas no Cadastro Único”, explicou Bacelar. O texto original previa a isenção de IPI para estudantes matriculados em instituições públicas de ensino e para professores em exercício nessas instituições. Fonte: Agência Câmara

**Após última agenda em Genebra, na Suíça, Marcos Pontes faz um balanço da missão internacional.** Ainda em Genebra, na Suíça, a comitiva brasileira do MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, liderada pelo ministro astronauta Marcos Pontes, cumpriu na quinta-feira (12) as últimas agendas da missão internacional que também passou por Itália e Áustria. Após reunião com membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) em que o ministro apresentou as ações de ciência e tecnologia do governo brasileiro coordenadas pela RedeVírus MCTI para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, Pontes fez um balanço dos principais acordos firmados entre o Brasil e outras nações. Na Suíça o ministro destacou a visita da comitiva brasileira ao CERN – que abriga o Grande Colisor de Hádrons (LHC): “- O Brasil está em tratativas para tornar-se membro associado do CERN e isso é muito importante para o desenvolvimento da ciência no Brasil, para o desenvolvimento de empresas de tecnologia no nosso país e de produtos relacionados. Com isso, estudantes dos dois países realizarão pesquisas em conjunto. Desde 2008 que o Brasil demonstrou interesse nesta parceria. Resolvemos tirar isso do papel e fazer acontecer”, declarou. Fonte: ASCOM MCTI

**FNDE publica resolução sobre o PDDE Programa Brasil na Escola.** O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), informa que foi

editada a Resolução nº 10, de 23 de julho de 2021, estabelecendo os critérios e formas de transferência, execução e prestação de contas, dos recursos financeiros repassados às escolas públicas estaduais, municipais e distritais participantes dos Eixos Apoio Técnico e Financeiro e Valorização de Boas Práticas do Programa Brasil na Escola, instituído pela Portaria MEC nº 177, de 30 de março de 2021. Os recursos serão repassados na categoria econômica de custeio e capital, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para implementação das ações do Programa Brasil na Escola, nos Eixos Apoio Técnico e Financeiro e Valorização de Boas Práticas. Fonte: ASCOM MEC

**Seminário ao vivo debate cenários da educação e trabalho.** Na terça-feira, 17 de agosto, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realizará a terceira live da série Pesquisa Inep: Seminário de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais. O evento on-line discutirá os cenários da educação e trabalho, por meio da apresentação dos artigos “O Encceja e a Educação de Jovens e Adultos: uma análise do perfil dos participantes e dos motivos do abandono” e “A educação profissional no Japão: configuração, desenvolvimento e sinalizações para o Brasil”. A transmissão será a partir das 10h (horário de Brasília), no canal do Inep no YouTube. O primeiro artigo é de autoria dos pesquisadores do Inep Robson dos Santos e Priscila Pereira Santos, e tem como foco compreender o papel do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) no campo das políticas da educação de jovens e adultos (EJA), bem como o acesso à educação básica. Também faz uma análise do perfil dos participantes do exame por etapa de certificação (ensino fundamental e médio), além de investigar os motivos listados pelos participantes do Encceja para terem abandonado o ensino regular. Fonte: ASCOM MEC

**FNDE promove Jornada de Aprendizagem do Fundeb.** O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) vai promover um amplo evento de capacitação sobre as novas regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de 30 de agosto a 3 de setembro. As inscrições para a Jornada de Aprendizagem do Fundeb estão abertas a partir desta segunda-feira, 16. Os interessados em participar têm até o primeiro dia do encontro virtual para se inscrever pelo portal de Educação Corporativa do FNDE. Voltado para gestores públicos, conselheiros de controle social e demais agentes envolvidos com a execução dos recursos do Fundeb, o evento vai trabalhar temas específicos a cada dia, focar em problemas recorrentes e apontar as soluções mais adequadas. Também haverá apresentações sobre as novas regras do fundo, com espaço para debates e esclarecimento de dúvidas. Fonte: ASCOM MEC

**Diálogo Tech promove mais um debate sobre a Educação Profissional e Tecnológica.** O Ministério da Educação realizou o 3º webinar do evento Diálogo Tech, organizado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). O tema discutido foi a Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção, que também é o assunto da publicação do livro realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), como forma de estudo desta modalidade educacional. O Diálogo Tech é uma iniciativa que visa ampliar o diálogo com as redes de ensino estaduais, federal, municipal e distrital sobre a implementação do itinerário da formação técnica, vinculado ao novo ensino médio. Fonte: ASCOM MEC

**Conhecimento na palma da mão: Teles investem em cursos próprios para as telas do computador e do celular.** Aulas de reforço de matemática, curso de extensão de marketing, profissionalizante de manicure e até graduação em gestão de saúde pública ou engenharia de software. Um mundo de conhecimento na palma da mão, na tela do celular. É assim que as principais operadoras de telecomunicações do país apresentam um novo nicho de negócios que pode ajudá-las a gerar novas receitas: a educação on-line. Provedoras de internet fixa e móvel estão formando parcerias e até comprando geradoras de conteúdo educacional. Com o desafio de ampliar suas bases de clientes, as teles investem no desenvolvimento de novos formatos de aprendizagem on-line, que podem ser acessados em qualquer lugar via internet móvel ou por banda larga. Entre os formatos estão aulas mais dinâmicas e apropriadas para pequenas telas, com vídeos e áudios em formato de podcasts. Fonte: O Globo

**Instituto Alana pede ingresso como amicus em ação do governo contra Fust para escolas.** O Instituto Alana também quer ser um dos *amicus curiae* (amigo da corte) na ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 6926, apresentada pelo governo contra a lei 14.172/2021, que libera R\$ 3,5 bi do Fust para estados e municípios garantirem Internet para professores e alunos da rede pública. A entidade, que atua na defesa dos

direitos das crianças e adolescentes, aponta que o acesso de crianças e adolescentes à internet é profundamente desigual no Brasil e que a proposta da lei 14.172/2021 se mostra como uma das medidas possíveis para diminuir essa desigualdade. A entidade explica que no cenário da atual pandemia, as limitações de acesso à internet assumem maior gravidade e as estratégias de educação remota durante a pandemia da Covid-19 expuseram as disparidades digitais existentes. Fonte: Teletime

**Fabio Faria garante que sem mudar edital, 5G vai levar Internet às escolas.** O Ministro das Comunicações, Fabio Faria, mesmo depois da cobrança do ministro da Economia, Paulo Guedes, e dos próprios colegas parlamentares da Câmara Federal, mantém a sua posição: não precisa mudar o edital 5G para incluir conexão nas escolas como obrigação a ser cumprida pelas operadoras vencedoras do certame. Ao portal Convergência Digital, a assessoria de imprensa do MCom, informa que o ministro 'reitera o que tem afirmado ao longo dos últimos meses: o leilão do 5G levará internet para todas as capitais conectadas até 2022 e para todas as cidades com mais de 30 mil habitantes até 2028. É a cidade inteira conectada, todos os seus habitantes, tudo conectado". Observa ainda que com o "leilão do 5G, 72 mil das 85 mil escolas urbanas do país receberão o 5G *standalone* – e as demais terão atendimento por 4G. Na zona rural, o MCom já conectou, nos últimos dois anos, 10 mil escolas que não tinham acesso à banda larga. E o leilão levará cobertura de 4G para mais 7 mil escolas rurais". Fonte: Convergência Digital

**A necessidade de avançar logo, e sem pressão, no 5G.** A fim de pressionar por restrições à participação da chinesa Huawei na venda de equipamentos para a infraestrutura de 5G, Jack Sullivan, conselheiro de segurança nacional dos EUA, jogou as iscas erradas. O enviado de Washington falou vagamente em apoiar a entrada do Brasil na OCDE, mas sem se comprometer com nenhum movimento mais sólido, e aventou a possibilidade de transformar o Brasil em um parceiro global da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Segundo relatos divulgados após a rodada de reuniões, ele teria vinculado essas ofertas à opção no 5G. Poucos dias depois da passagem de Sullivan pelo Planalto Central, a área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) finalizou sua análise do edital do leilão de frequências para a quinta geração de telefonia celular, que deverá ocorrer até o fim do ano. O relatório propõe, entre outros pontos, a exclusão da exigência de que seja construída uma rede privativa de comunicação do governo. Os ministros do órgão de controle pretendem deliberar sobre o tema na quarta-feira. Fonte: Valor Econômico

**Laboratórios e certificadores se adaptam para validar 5G no Brasil.** Com a expectativa de o edital do leilão do 5G ser aprovado pelo TCU próxima semana, a Associação Brasileira de Avaliação da Conformidade afirma que laboratórios e certificadoras credenciadas na agência já estão se preparando para a tecnologia. Essas entidades estão promovendo capacitação para testar e avaliar itens como compatibilidade eletromagnética, segurança elétrica e características na emissão de rádio frequência que possam ser absorvidas pelo corpo humano durante a utilização do dispositivo móvel. Segundo a Associação Brasileira de Avaliação da Conformidade (Abrac), é importante ter laboratórios capacitados no País, de acordo com a realidade local. Atualmente há três laboratórios nacionais acreditados para os ensaios e 17 organismos de certificação designados (OCDs), que já atuavam com 4G, para realizar a certificação no 5G, conforme as regras aprovadas pela Anatel, conforme requisitos decididos pelo conselho diretor em junho de 2020, nos atos 3151 e 3152. Fonte: Teletime

**Aeroporto de Ribeirão Preto testa embarque com reconhecimento facial e apresentação de documentos.** Pela primeira vez, um terminal aéreo regional participa do programa Embarque + Seguro 100% Digital do Governo Federal com uso de reconhecimento facial do gov.br. O Aeroporto Estadual de Ribeirão Preto (SP) estreia, na sexta-feira, 13, o teste da tecnologia entre passageiros, que não precisam apresentar documento de identificação nem cartão de embarque para viajar. A iniciativa do Ministério da Infraestrutura (MInfra), desenvolvida pelo Serpro, empresa de TI do Governo Federal, em parceria com a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, já foi testada nos aeroportos de Florianópolis (SC), Salvador (BA), Santos Dumont (RJ), Belo Horizonte (Confins), Congonhas (SP) e Brasília (DF). Fonte: TI Inside

**Câmara tem relatório favorável para Brasil aderir a tratado global contra o cibercrime.** O relator do Projeto de Decreto Legislativo 255/21, que trata da adesão do Brasil à chamada Convenção de Budapeste apresentou parecer favorável e diz que o acerto prevê a votação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara nos próximos dias. "Falei com a presidente da CCJ e protocolei meu relatório pela aprovação na sexta

e ela se comprometeu a pautar já na semana que vem. Nossa intenção é o mais rápido possível conseguir a aprovação, que me parece não será difícil”, afirmou o deputado Vitor Hugo (PSL-GO), ao participar de debate online sobre crimes cibernéticos promovido pela Brasscom. A Convenção de Budapeste é um tratado firmado originalmente, lá em 2001, pelo Conselho da Europa. Não por menos, 44 dos 60 signatários são países europeus, mas Estados Unidos (que é membro sem voto do Conselho) e Canadá, por exemplo, também aderiram ao longo do tempo. O Brasil foi convidado pelo Conselho da Europa em 2019. O governo topou, mas precisa da ratificação do Congresso Nacional. Fonte: Convergência Digital

**Iniciativa 5G quer venda conjunta dos lotes de 700 MHz e 3,5 GHz no leilão.** Enquanto a minuta do edital 5G passa pela análise do ministro Raimundo Carreiro, do Tribunal de Contas da União, um grupo interessado em ingressar no mercado celular brasileiro tem ido a Brasília defender alterações finais no texto. A Iniciativa 5G Brasil tem percorrido gabinetes propondo que a estrutura da licitação seja alterada. Pede que a faixa de 700 MHz seja vendida em conjunto com um dos lotes de 3,5 GHz. O tema já foi apresentado a representantes do TCU, do Ministério das Comunicações, da Anatel e do Legislativo. A mudança tem razão de ser para quem deseja ingressar na telefonia móvel. Os 700 MHz são considerados frequência essencial para a entrega de cobertura ampla, enquanto os 3,5 GHz darão a capacidade máxima ao 5G. Em conjunto, essas faixas permitem a construção de uma rede móvel abrangente. Fonte: Tele Síntese

**Campanha sobre proteção de dados na internet marca última semana do Ministério da Justiça e Segurança Pública.** Intitulada “Proteja seus dados! Não compartilhe.”, o Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou, nesta semana, uma campanha para auxiliar a população na identificação de golpes virtuais. A ação será veiculada nas redes sociais do Ministério durante os próximos 30 dias. Por meio da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), a iniciativa surgiu diante do risco crescente de uso indevido de dados pessoais, incluindo comercialização e vazamento, e do grande aumento de reclamações registradas. O mês escolhido para iniciar a campanha é também o período em que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) completa um ano em vigor. Fonte: ASCOM MJSP

**Presidente Jair Bolsonaro edita novo decreto sobre a redução de IPI para jogos eletrônicos.** O presidente da República, Jair Bolsonaro, editou na quarta-feira (11) o terceiro decreto reduzindo as alíquotas do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) incidente sobre jogos eletrônicos e acessórios. A medida visa incentivar o desenvolvimento do segmento de jogos eletrônicos no País. A medida prevê os seguintes decréscimos das alíquotas do IPI de 30% para 20% para consoles e máquinas de jogos de vídeo. No caso de partes e acessórios dos consoles e das máquinas de jogos de vídeo cujas imagens são reproduzidas numa tela, a redução será de 22% para 12%. A medida abrange ainda máquinas de jogos de vídeo com tela incorporada, portáteis ou não, e suas partes, passando de 6% para 0%. No início do governo, essas alíquotas eram de 50%, 40% e 20% respectivamente. Fonte: ASCOM Casa Civil